

ANEXO III**TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES****1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Este documento tem por propósito apresentar (i) o enquadramento e o regime de execução do objeto; (ii) declarações correlatas aos aspectos técnicos da contratação; (iii) fundamentos, parâmetros e limites legais adotados pela Administração na elaboração do orçamento da licitação; (iv) exigências fundamentadas a serem observadas no certame licitatório no que concerne à qualificações econômico-financeira e técnica; subcontratações, participação de consórcios e cooperativas, e de garantia(s) financeira(s) a ser(em) apresentada(s) – sem prejuízo da garantia técnica relacionadas à execução dos serviços, conforme a Lei nº 10.406/2020 (Código Civil) e o art. 140 da Lei nº 14.133/2021; e (v) exigências a serem observadas no decurso contratual quanto à questões de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade.

SUMÁRIO

| | |
|---|----------|
| 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS..... | 1 |
| 2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO | 2 |
| 3. REGIME DE EXECUÇÃO | 2 |
| 4. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA | 2 |
| 5. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA..... | 2 |
| <i>5.1. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO</i> | <i>3</i> |
| 6. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTO | 6 |
| <i>6.1. DEFINIÇÃO DAS SUBESTIMATIVAS E SUPERESTIMATIVAS RELEVANTES</i> | <i>6</i> |
| 7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS | 7 |
| 8. CUSTOS DIRETOS..... | 7 |
| 9. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS..... | 7 |
| 10. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA | 7 |
| 11. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI..... | 8 |
| 12. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS | 8 |
| 13. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO | 8 |
| <i>13.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO</i> | <i>8</i> |
| 14. PROJETO EXECUTIVO..... | 9 |
| <i>14.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO BIM</i> | <i>9</i> |
| 15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA | 9 |
| <i>15.1. REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO PROFISSIONAL</i> | <i>9</i> |

| | |
|---|-----------|
| 15.2. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL | 9 |
| 15.3. POSSIBILIDADE DE SOMATÓRIO DE ATESTADOS | 9 |
| 15.4. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL | 9 |
| 15.5. EXIGÊNCIAS DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO | 10 |
| 15.6. CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DAS PARCELAS RELEVANTES DO OBJETO | 10 |
| 16. VISTORIA | 11 |
| 17. SUBCONTRATAÇÃO | 11 |
| 18. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO | 11 |
| 19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS | 12 |
| 19.1. PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO | 12 |
| 19.2. ACRÉSCIMO SOBRE O VALOR EXIGIDO DE LICITANTE INDIVIDUAL PARA A HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA | 12 |
| 20. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS | 14 |
| 21. GARANTIA DE EXECUÇÃO | 14 |
| 22. SUSTENTABILIDADE | 14 |
| 23. RESPONSÁVEIS | 14 |

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O objeto da presente licitação se enquadra como aquisição (fornecimento) de bens comuns, incluindo montagem e instalação.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime definido na seção “Regime de execução” do Termo de Referência com base na seguinte justificativa técnica:

A escolha pautou-se pelo interesse público à luz dos resultados almejados, considerando parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, e os princípios de razoabilidade e economicidade, *versus* imprecisões, riscos e imprevistos inerentes à contratação.

4. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O Projeto e documentos técnicos foram elaborados por profissionais habilitados de engenharia e arquitetura, com a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) pelo Conselho de Arquitetura (CAU).

5. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

Foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

Foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

Não foram adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, foram adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

- pesquisa de mercado, na forma do art. 6º do Decreto nº 7.983/2013:

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Justificativa da particularidade da pesquisa de mercado:

Em atendimento ao art. 6º do Decreto nº 7.983/2013 e art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, registra-se que a pesquisa de mercado para o fornecimento e instalação de elementos mobiliários destinados ao Centro de Convivência, localizado no Campus Maré da Fiocruz, foi realizada junto a **empresas especializadas em marcenaria sob medida**, em razão das especificidades do objeto.

O mobiliário a ser contratado é **totalmente customizado**, não se tratando de produto padronizado, seriado ou de pronta entrega, sendo necessária a elaboração do detalhamento técnico a partir de **levantamento in loco pela empresa CONTRATADA**, para conferência de medidas, verificação de interferências existentes e compatibilização com as condições reais do ambiente. Tal característica afasta a possibilidade de comparação com itens genéricos ou padronizados usualmente registrados em bancos de preços públicos. Nos termos do **art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, a pesquisa de preços deve observar, entre outros parâmetros, a **compatibilidade das fontes consultadas com as características do objeto**, admitindo-se a utilização de fornecedores especializados quando inexistentes referências adequadas em bases oficiais. Registra-se que **mobiliário sob medida e customizado não integra os bancos de preços do Governo Federal**, como o Painel de Preços ou outras bases oficiais, por se tratar de objeto singular, desenvolvido especificamente para cada ambiente, sem padronização técnica, dimensional ou funcional que permita comparabilidade direta.

Dessa forma, a adoção de pesquisa de preços junto a **fornecedores especializados em marcenaria sob medida** mostra-se plenamente adequada à natureza do objeto, atendendo aos parâmetros estabelecidos no art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, bem como aos princípios da razoabilidade, da economicidade e da adequação técnica, assegurando a obtenção de valores compatíveis com o mercado e com a realidade da contratação pretendida.

5.1. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

No orçamento de referência da presente licitação, excepcionalmente, foi realizada pesquisa de mercado para itens do orçamento não contemplados no Sinapi, adotando-se as diretrizes do Decreto nº 7.983/2013, jurisprudência do TCU (AC. 2.401/2022-P) e IN Seges/ME nº 91/2022 -- conforme documentos juntados aos autos.

Nas composições cuja definição de custo através do Sinapi se mostrou inviável, foram utilizados como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), porém, nestas composições, foram substituídos os custos dos insumos pelos do Sinapi.

foram ainda consultadas Empresas especializadas no segmento dos serviços a serem contratados, sendo anexados ao processo os seguintes itens: (i) propostas recebidas com os seus respectivos e-mails comprovando as origens; (ii) e-mails declinando do pedido de pesquisa; (iii) para os casos em que as empresas não responderam ao pedido, os e-mails de solicitação referente a pesquisa.

Caso o item do orçamento não esteja contemplado no Sinapi é admitida a realização da pesquisa de mercado conforme determinações contidas no Decreto nº 7.983/2013, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

Como mero referencial metodológico e de boas práticas para a pesquisa de mercado, foram consideradas as orientações contidas na IN Seges/ME nº 65/2021 – ainda que tal Instrução não seja aplicável às contratações de obras e serviços de engenharia (art. 1º, § 1º). Nessa IN foram disciplinadas a formalização dos procedimentos da pesquisa de preços (art. 3º); os critérios a serem observados (art. 4º); os parâmetros a serem adotados (art. 5º); e a metodologia para obtenção do preço estimado (art. 6º):

Art. 3º. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

Critérios

Art. 4º. Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Parâmetros

Art. 5º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º. Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

6. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTO

No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas as planilhas sintéticas.

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias consta nos autos.

Na presente licitação foram utilizadas as tabelas de referências mais atualizadas.

6.1. DEFINIÇÃO DAS SUBESTIMATIVAS E SUPERESTIMATIVAS RELEVANTES

Para este Projeto Básico a margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes será de 10 % em relação a cada item absoluto do orçamento (independentemente de sua repetição), tanto em relação às subestimativas quanto às superestimativas, conforme a seguinte fundamentação.

A definição das chamadas "subestimativas e superestimativas relevantes" foram disciplinadas inicialmente pelo Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário do TCU para os contratos por empreitada por preço global ou integral, a fim de garantir segurança jurídica em caso de eventual necessidade de aditivos para correção de projeto.

Conforme entendimento do TCU, tanto a Administração quanto a Contratada são obrigadas a arcar com as imprecisões do projeto na empreitada por preço global, porém apenas até o limite do enriquecimento sem causa de uma parte em detrimento da outra.

Assim, pequenos erros quantitativos devem ser assumidos pelas partes e não devem acarretar a celebração de termos aditivos (acréscimo ou supressão) em empreitadas globais, por se tratar de erros tidos como acidentais e serem incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Por outro lado, quando se trata de erros substanciais capazes de prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração deve promover os ajustes necessários, tanto à menor (subestimativas em desfavor da Contratada) quanto à maior (superestimativas em desfavor da Administração).

No entanto, antes de mais nada, é preciso considerar o art. 125 da Lei nº 14.133/2012 em relação aos limites percentuais de acréscimos e supressões:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; [...]

*Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do **caput** do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).*

Além de não afastar os cuidados a serem observados na análise das subestimativas e superestimativas (Acórdão 1.977/2013 - Plenário):

9.1.8.2. examinar se a modificação do ajuste não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

9.1.8.3. avaliar se a correção de quantitativos, bem como a inclusão de serviço omitido, não está compensada por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado;

7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

Não foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações.

Não foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983/2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

8. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos estão contemplados dentro do preço unitário de cada item da planilha, compreendido pela pesquisa de mercado.

9. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação não foi juntada a Curva ABC relativa aos serviços, por se tratar de uma única família na planilha orçamentária.

10. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, não foi especificada a adoção de regime de desoneração ou não desoneração tributária na planilha orçamentária, uma vez que o objeto refere-se exclusivamente a uma única família de serviços – marcenaria (móveis sob medida/customizados) –, a ser contratada por preço global e certo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração Pública estimar o custo total necessário à execução do objeto, conforme art. 23 do referido diploma legal, abrangendo todos os tributos, encargos, insumos e demais despesas, sendo o regime tributário adotado pelos potenciais fornecedores condição interna da organização empresarial, alheia ao objeto da contratação e irrelevante para o julgamento das

propostas, cuja consideração poderia, inclusive, comprometer a isonomia e a competitividade do certame, em afronta aos princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

11. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, não se adota o detalhamento da composição do percentual de BDI, uma vez que o objeto refere-se exclusivamente a **uma única família de serviços – marcenaria (móveis sob medida/customizados)**, a ser contratada por **preço global e certo**, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Nessa modalidade de contratação, o interesse da Administração Pública restringe-se ao **valor total do objeto**, estando **todas as bonificações despesas indiretas, tributos, encargos, riscos e custos operacionais** devidamente incorporados ao preço global apresentado pelo fornecedor, conforme sua estrutura de custos e estratégia empresarial.

12. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Não se aplica.

13. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos e define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO

Na presente licitação a Administração opta por utilizar o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) como índice de reajuste em contratos de obras e serviços de engenharia considerando a natureza da contratação e a necessidade de refletir os custos específicos do setor de construção civil.

O INCC é um índice específico que mede a variação dos custos da construção, levando em consideração a evolução dos preços de materiais, equipamentos e mão de obra, elementos diretamente ligados à execução de obras. Dessa forma, é uma escolha natural para contratos de construção, pois reflete de maneira mais precisa os aumentos de custos típicos desse setor

Nesse sentido, podem ser destacadas as seguintes vantagens com a adoção do INCC:

- a construção civil é um setor que tem custos de insumos e mão de obra sujeitos a variações significativas e imprevistas, como flutuações no preço de materiais (cimento, aço, entre outros) e nos custos com a força de trabalho; o INCC captura com mais precisão essas variações e garante que o Contratante e o Contratado estejam protegidos de mudanças nas condições econômicas;*
- uma vez que o índice é focado nas variações de custos do setor de construção, utilizá-lo é uma forma de garantir que os reajustes estejam alinhados com a realidade do mercado, evitando o uso de índices de inflação que podem não refletir as peculiaridades e os custos específicos do setor, proporcionando maior transparência e confiança nas negociações;*
- o Índice em comento tem sido amplamente utilizado no mercado de construção civil, o que garante um alinhamento com as práticas do setor e maior aceitação por todas as partes envolvidas; além disso, larga jurisprudência do TCU recomenda sua utilização.*

Como o INCC é um índice bem definido e específico para a construção civil, ele proporciona maior clareza e transparência no cálculo dos reajustes. As partes envolvidas no contrato sabem exatamente como o índice é calculado e quais componentes são analisados, evitando disputas sobre o reajuste e garantindo uma base objetiva para as negociações.

Seu uso garante que o Contratado esteja protegido contra os aumentos inesperados de custos diretamente relacionados à obra, como aumento no preço de materiais de construção ou salários dos trabalhadores, que são mais diretamente impactados por esse índice do que por índices gerais de inflação como o IPCA.

Portanto, o INCC é o índice mais adequado para reajustar os valores do contrato porque reflete de forma mais precisa as flutuações do mercado de construção civil, garantindo que as partes envolvidas no contrato possam ajustar os preços de acordo com variações específicas, sem afetar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14. PROJETO EXECUTIVO

O Projeto Executivo será apresentado pela licitante após homologação do contrato para fiscalização da obra, para liberação da produção das peças de marcenaria. Foi juntado aos autos juntamente com o Projeto Básico e divulgado com o edital da licitação.

14.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO BIM

Para esta contratação não se aplica a adoção do Building Information Modeling (BIM, Modelagem da Informação da Construção).

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO PROFISSIONAL

Na presente licitação será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU com base na seguinte justificativa técnica: natureza, características e complexidade do objeto, e porque as responsabilidades técnicas inerentes são privativas das profissões de arquiteto e engenheiro.

Ressaltando-se a vedação de exigência de registro de atestado de capacidade técnico-operacional no Crea – conforme o art. 55 da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 128/2012 - 2ª Câmara e 655/2016, 205/2017 e 2.326/2019, esses últimos do Plenário) – e, por extensão natural, no CAU.

15.2. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto conforme descrito na seção “Qualificação técnico-operacional” do Termo de Referência.

15.3. POSSIBILIDADE DE SOMATÓRIO DE ATESTADOS

Na presente licitação será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados com base na seguinte justificativa técnica: evitar o cerceamento da competitividade e estimular a ampla participação de empresas para obtenção de proposta mais vantajosa e econômica para a Administração.

15.4. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto conforme descrito na seção “Qualificação técnico-profissional” do Termo de Referência.

15.5. EXIGÊNCIAS DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

Na presente licitação não será exigida a indicação de instalações ou aparelhamento; por outro lado, será exigida qualificação técnica do pessoal técnico através de atestados de capacidade técnico-profissional.

15.6. CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DAS PARCELAS RELEVANTES DO OBJETO

A Administração fundamenta o critério para definição das parcelas relevantes do objeto -- arroladas nas exigências de qualificação técnica, definidas nas seções “qualificação técnico-operacional” e “qualificação técnico-profissional” do Termo de Referência -- com base na seguinte justificativa técnica:

Anteriormente a Lei nº 8.666/1993 estabelecia que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: [...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; [...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

*§ 2º **As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.***

Apoiando-se na jurisprudência estabelecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Administração passou a adotar a Curva ABC como critério econômico para identificar itens de maior peso financeiro, mas que era combinada com uma análise qualitativa (complexidade, risco, especialização) para garantir a relevância técnica e evitar restringir a competitividade dos certames.

Na prática, as exigências de qualificação técnica operacional e profissional eram associadas ao grupo A da Curva ABC do orçamento estimado porque havia o entendimento de que refletiam os itens de valor significativo do objeto da licitação; e, por decorrência e conforme jurisprudência do TCU, não era admissível subcontratar os itens que fossem objeto de qualificação técnica ou estivessem no grupo A.

*Contudo a Lei nº 14.133/2021 alterou esse entendimento através do art. 67, § 1º [negrito nosso]: “a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, **assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.**”*

Portanto, o instrumento convocatório perdeu a condição de definir as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo em prol de percentual objetivo relativo ao valor total estimado da contratação.

O entendimento de que as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da licitação são aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4 % do valor total estimado da contratação -- independente do grupo a que pertençam na Curva ABC -- acaba por abranger um universo significativamente maior de itens, cabendo à Administração realizar avaliação de razoabilidade de modo a refletir a efetiva exigência de qualificação técnica dos licitantes.

Em geral, para obras e serviços de engenharia a Administração estabelece na construção da Curva ABC os percentuais de 20 % para o grupo C; 30 % para o grupo B e 50 % para o grupo A – de modo a representar a distribuição de valores em relação à complexidade técnica dos serviços.

Desse modo, a Administração entende que o critério descrito no art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 deva ser complementado com o resultado da Curva ABC para o grupo A para objetivar a definição das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto e não restringir a competitividade da licitação pelo número excessivo de exigências que não guardem efetiva relevância técnica ou financeira.

16. VISTORIA

Ressalvados os casos em que se tratar de contratações diretas para os quais a Administração não exige vistoria, dada a natureza do objeto e/ou objetivos da contratação, nos demais casos a realização de vistoria será facultativa e o licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto com base na seguinte justificativa técnica:

No entendimento do TCU, a exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para as licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Para evitar tal quadro, o Tribunal recomenda que se exija não a visita, mas sim a declaração da licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços (Acórdãos nº 2.150/2008, 1.599/2010, 2.266/2011, 2.776/2011 e 110/2012, todos do Plenário).

Aliás, o último posicionamento da Corte de Contas deixou claro que a vistoria é um Direito da licitante e não uma obrigação a ser imposta pela Administração (Acórdão nº 170/2018 - Plenário).

17. SUBCONTRATAÇÃO

Na presente licitação será vedada a subcontratação parcial porque acarreta repartição de responsabilidade técnica com potenciais prejuízos para a qualidade dos serviços, controles técnico e tecnológico, e conformidade legal, e riscos para a Administração, em razão (i) das exigências técnicas e domínio dos serviços; (ii) do baixo volume de serviços previstos na contratação; (iii) da necessidade de controle direto pelo Contratado (responsabilidade técnica indivisível).

18. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação o órgão definiu o percentual de capital ou patrimônio líquido mínimo conforme condições estabelecidas na Seção “Qualificação econômico-financeira” do Termo de Referência e com base na seguinte justificativa técnica:

A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deve comprovar que possui capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente à determinado percentual do valor total estimado da contratação, limitado ao máximo de 10 % (dez por cento).

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10 % (dez por cento) (art. 69, § 4º, Lei 14.133/2021).

No entanto, para a definição de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, cabe à Administração considerar o objeto da contratação no contexto do mercado de modo que o limite percentual definido não restrinja desnecessariamente a participação de empresas, notadamente de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo à tais unidades empresariais.

19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação será permitida a participação de consórcios.

19.1. PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO

A adoção de limite para a participação de cada consorciado em um consórcio licitatório visa garantir uma distribuição equilibrada das responsabilidades e assegurar que cada consorciado tenha capacidade técnica e financeira compatível com a parte do contrato que assume.

A adoção do limite estabelecido no Termo de Referência visa garantir uma divisão equilibrada e proporcional das responsabilidades entre as empresas com base em suas capacidades técnicas e financeiras. A participação de cada empresa foi pensada de forma a assegurar que nenhuma das partes assumam um volume de trabalho ou risco financeiro excessivo, garantindo que todas as obrigações contratuais possam ser cumpridas de forma eficiente e dentro dos parâmetros estabelecidos no edital.

Além disso, a divisão de responsabilidades para cada consorciado está em conformidade com as boas práticas de gestão de consórcios, permitindo que ambos os consorciados se concentrem em suas especialidades, ao mesmo tempo em que contribuem para o sucesso do projeto como um todo.

Portanto, o limite estabelecido de participação de cada consorciado garante que os consorciados assumam responsabilidades compatíveis com suas competências, ao mesmo tempo em que assegura a execução eficiente do contrato. A distribuição equitativa das responsabilidades entre os consorciados também contribui para a redução de riscos e o cumprimento dos prazos e os resultados dentro dos parâmetros estabelecidos pela Administração Pública.

19.2. ACRÉSCIMO SOBRE O VALOR EXIGIDO DE LICITANTE INDIVIDUAL PARA A HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Nos termos do art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021, “o edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira”. A administração entende que a exigência legal visa garantir, à luz da complexidade técnica do objeto da contratação, a adequada capacidade técnica e financeira do consórcio, e a segurança na execução da contratação.

Desse modo, embora não haja metodologia formal definida para estabelecimento de percentuais aplicáveis, a Administração considera relevantes os seguintes critérios para avaliação do acréscimo: (i) a complexidade técnica do objeto; (ii) o prazo estimado para a execução dos serviços; (iii) o valor estimado

da contratação; (iv) o interesse público; e (v) o risco de execução decorrente do histórico de ocorrências, paralisações ou inadimplência em obras semelhantes realizadas pela Administração Pública.

Com base nisso, aplica a seguinte tabela de referência:

| CRITÉRIO | EXIGÊNCIA | PONTOS |
|--|---|--------|
| Complexidade técnica do objeto da contratação | obra ou serviço de engenharia com BAIXA complexidade técnica, sendo de amplo domínio técnico, baixa exigência normativa e com natureza modular e repetitiva (p.ex. construção de edificações destinadas à apoio técnico, utilidades prediais, armazenamento) | 1 |
| | obra ou serviço de engenharia com MÉDIA complexidade técnica, sendo de domínio técnico especializado, exigência normativa específica e com natureza modular, mas não repetitiva (p.ex. construção de edificações administrativas ou de ensino) | 2 |
| | obra ou serviço de engenharia com ALTA complexidade técnica, sendo de domínio técnico altamente especializado, exigência normativa severa, e com natureza específica e sem modularidade (p.ex. construção de edificações laboratoriais ou hospitalares) | 3 |
| Prazo estimado para a execução dos serviços | até 6 meses de execução de obra ou 3 meses de serviço de engenharia | 1 |
| | de 7 à 24 meses de execução de obra ou 4 à 12 meses de serviço de engenharia | 2 |
| | acima de 25 meses de execução de obra ou 13 meses de serviço de engenharia | 3 |
| Valor estimado da contratação | até o valor atualizado dispensável de licitação -- conforme previsto no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 -- em se tratando de obra ou serviço de engenharia | 1 |
| | acima do valor atualizado dispensável de licitação até o valor atualizado previsto para obras de grande vulto, em se tratando de obra ou serviço de engenharia | 2 |
| | acima do valor atualizado previsto para obra de grande vulto -- conforme descrito no art. 6º, inciso XXII da Lei nº 14.133/2021 -- exclusivamente em se tratando de obra | 3 |
| Interesse público | obra ou serviço de engenharia para atendimento de demanda ordinária das áreas meio ou finalísticas da Fiocruz | 1 |
| | obra ou serviço de engenharia para atendimento de demanda estratégica da Fiocruz ou provimento de infraestrutura urbana (p.ex. redes ou urbanização) | 2 |
| | obra ou serviço de engenharia para atendimento de demanda extraordinária da área finalística da Fiocruz ou para atendimento de demanda estratégica do Ministério da Saúde | 3 |
| Risco de execução | obra ou serviço de engenharia cuja interrupção pode ser mitigada sem prejuízos para as atividades e metas institucionais e/ou baixa repercussão financeira | 1 |
| | obra ou serviço de engenharia cuja interrupção pode ser mitigada com prejuízo para as atividades e metas institucionais e/ou com repercussão financeira relevante | 2 |
| | obra ou serviço de engenharia cuja interrupção não pode ser mitigada, gerando grave prejuízo para as atividades e metas institucionais e/ou repercussão financeira severa | 3 |

A Aplicação dos critérios e pontos acima definidos implica na seguinte parametrização para definição do percentual de acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira:

- Objeto de contratação com até 5 (cinco) pontos obtidos: 10% (dez por cento);
- Objeto de contratação com 6 (seis) à 14 pontos obtidos: 20% (trinta por cento);
- Objeto de contratação com 15 pontos: 30% (trinta por cento).

Portanto considerando os critérios elencados e a parametrização de percentuais definidos, a Administração decide fixar 20 % (vinte por cento) como percentual sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, como forma de garantir a adequada capacidade técnica e financeira do consórcio, e a segurança na execução da contratação.

20. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação será vedada a participação de cooperativas com base na seguinte justificativa técnica:

Os serviços a serem executados não são passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem que haja relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração (art. 10; IN Seges/MPOG nº 5/2017).

A natureza do serviço e/ou o modo como é usualmente executado no mercado em geral, implica na necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade (Súmula nº 281/2012 do TCU)

Por fim, não é admissível que a gestão operacional dos serviços previstos possa ser executada, de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados; assim como não é possível que os serviços incluídos na contratação sejam executados obrigatoriamente somente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

21. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Nos casos aplicáveis definidos na seção “Garantia da contratação” do Termo de Referência, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual com base na seguinte justificativa técnica:

Conforme jurisprudência do TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário).

Nos termos do Capítulo II do Título III da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia a garantia poderá ser de até 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10 % (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos (art. 98), podendo ser elevada para até 30 % (trinta por cento) do valor inicial do contrato para obras e serviços de engenharia de grande vulto (art. 99).

22. SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação do Contratado, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
- foi verificado se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- foi verificada a incidência de normas de acessibilidade (Decreto nº 6.949/2009 e Lei nº 13.146/2015);
- foi verificado o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Fiocruz, no que foi cabível para o objeto da contratação;
- foi considerado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, no que foi cabível para o objeto da contratação.

23. RESPONSÁVEIS

RESPONDE pelos itens 1 a 4 e 14 a 22:

Equipe de planejamento da contratação conforme Portaria que consta no Processo.

RESPONDE pelos itens 5 a 13:

Responsável técnico pela elaboração do orçamento da contratação conforme Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica que consta no Termo de Referência.